



*Existe uma nova direita no Brasil?  
Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social*

Karolina Mattos Roeder  
(Universidade Federal do Paraná)

Belo Horizonte  
30 agosto – 2 setembro  
2016

**Karolina Mattos Roeder** é Mestra em Ciência Política e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/UFPR e do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>), pesquisa profissionalização política dos parlamentares petistas e a organização interna do Partido dos Trabalhadores. É secretária-executiva na *Revista de Sociologia e Política* e editora associada da RECP (Revista Eletrônica de Ciência Política, dos discentes da UFPR). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Itajaí (2011) e em Gestão Pública (2010), pela mesma universidade. ID ORCID: [orcid.org/0000-0002-0237-970X](http://orcid.org/0000-0002-0237-970X).

Resumo: Em 2014 a direita brasileira voltou a crescer no parlamento, revertendo o movimento de queda constante do número de representantes na Câmara dos Deputados que se observava desde 1998. Em 2010 os partidos conservadores ganharam 35,9% das cadeiras; em 2014, 42,5%. O objetivo deste paper é classificar os partidos políticos deste campo reacionário a partir da análise de seus documentos oficiais (manifestos e programas) e evidenciar o surgimento de uma “nova direita” e de partidos fisiológicos nesse campo ideológico. Para tanto, analisamos os documentos oficiais do total de partidos de direita que lançaram candidatos à Câmara dos Deputados de 1998 a 2014, através da técnica *análise de conteúdo* com o software de análise de dados qualitativos NVIVO. Classificamos os partidos políticos de direita em três grupos: i) nova direita, que possui duas subclassificações, a primeira neoconservadora, em defesa a intervenção estatal limitada e conservadora moral; e a segunda, neoliberal, com partidos orientados pelo mercado, defensores da mínima intervenção estatal na economia e que guardam posicionamento libertário em relação comportamento individual; ii) velha direita, ou direita tradicional, que apresenta predomínio de temas econômicos neoliberais, e em relação às questões morais e sociais, possui um posicionamento conservador; iii) partidos fisiológicos, que não apresentam posicionamentos programáticos firmes sobre nenhum dos temas analisados (neoliberalismo e conservadorismo). Após a classificação, analisamos o total de candidatos e eleitos pelos partidos de direita, com foco na “nova direita” e os “partidos fisiológicos”, através do software de análise de dados estatísticos SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). O terceiro e último procedimento tratou de analisar o perfil social dos 23.219 candidatos a deputado federal e os 2.565 eleitos nas cinco últimas disputas nacionais: 1998, 2002, 2006, 2010, 2014. Encontramos, ao final dos procedimentos descritos acima, um aumento de candidatos e eleitos pelos partidos fisiológicos e da nova direita muito acima do esperado probabilisticamente, enquanto houve um decréscimo das candidaturas e eleitos pelos partidos da velha direita, no mesmo período. Além disso, localizamos uma maior concentração dessas candidaturas da nova direita e dos partidos fisiológicos no Sudeste, e no que diz respeito ao perfil social dos candidatos, encontramos ausência de políticos profissionais nesses partidos (que estão na categoria “velha direita” e “outros partidos”), já as candidaturas de novas lideranças, empresários e trabalhadores estavam acima do limite crítico esperado.

Palavras-chave: partidos políticos; partidos fisiológicos; nova direita; organização partidária; recrutamento partidário.

## **Introdução**

Tem se tornado evidente, nos últimos anos, uma mudança em curso na política latino-americana caracterizada pelo crescimento da direita na região. Há a impressão, difundida pela opinião pública, de que houve na Câmara dos Deputados do Brasil, considerável aumento no número de parlamentares que defendem pautas ligadas à direita liberal e conservadora moral, em contraponto a posicionamentos em defesa de uma política socialmente orientada, de esquerda.

O objetivo desta comunicação é buscar evidenciar o surgimento de uma “nova direita” brasileira, de um grupo de partidos “fisiológicos” e o crescimento eleitoral desses dois grupos de partidos, a partir da análise de documentos partidários oficiais e classificação

das agremiações de direita, que de 1998 a 2014 lançaram candidatos à Câmara dos Deputados. Queremos demonstrar que a direita não é uma, e sim, ela possui variações. No desenvolvimento de nossa pesquisa, localizamos, inicialmente, a existência de dois grupos nesse mesmo polo: uma “nova” e uma “velha” direita (CODATO et al, 2015). Identificando a necessidade de refinar essa classificação, analisamos o posicionamento ideológico do total de partidos de direita que registraram postulantes à câmara baixa no período em tela. A partir da técnica *análise de conteúdo* dos programas e manifestos desses partidos, propomos uma nova classificação, que fragmenta agora o campo em três segmentos: i) *nova direita*, formada por dois grupos distintos: o primeiro e minoritário é neoconservador, defende a intervenção estatal limitada e é conservador moral; e o segundo é neoliberal, com partidos orientados pelo mercado, defensores da mínima intervenção do Estado na economia e que guardam posicionamento libertário em relação ao indivíduo e a questões morais; ii) *velha direita*, ou direita tradicional, que apresenta predomínio de temas econômicos neoliberais, e em relação às questões morais e sociais, possui um posicionamento conservador; iii) *partidos fisiológicos*, que não apresentam posicionamentos programáticos firmes sobre nenhum dos temas analisados (neoliberalismo e conservadorismo), logo, fazem parte de uma categoria distinta que os dois primeiros, e não por isso merecem menos atenção.

Dispomos e trabalhamos com duas frentes de dados: a primeira, já exposta acima, trata-se dos documentos oficiais dos partidos (programa e manifesto dos partidos) reunidos e disponibilizados em forma de coletânea pelo Senado Federal brasileiro (2014) . A segunda é composta por estatísticas eleitorais oficiais, compiladas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil. Analisamos os 23.219 candidatos a deputado federal e os 2.565 escolhidos nas cinco últimas disputas nacionais: 1998, 2002, 2006, 2010, 2014. A referência para determinar o número de selecionados por partido foram os resultados das eleições. Foram desconsideradas as mudanças de partido entre a data da eleição e a data da posse do deputado no começo da nova legislatura, no início do ano seguinte. Como pretendemos discutir força eleitoral, e não trabalhar com proporções de bancadas partidárias, a estratégia é coerente. Para o estudo do perfil dos 23 mil candidatos utilizamos também dados do TSE processados pelo *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, da Universidade Federal do Paraná. Candidatos devem preencher uma ficha de inscrição padrão nos Tribunais Regionais Eleitorais dos respectivos estados onde concorrem. Essas fichas são mais tarde unificadas pelo TSE. Aí há, entre outras informações padrão (número do título de eleitor, cargo a que concorre, situação legal da candidatura, etc.), somente algumas que permitem descrever atributos dos indivíduos: local e ano de nascimento, idade ao se candidatar, sexo, grau de

instrução máximo, estado civil, nacionalidade, cor da pele e ocupação principal. Todas essas informações são as declaradas pelo próprio aspirante no momento em que ele preenche a ficha de candidatura. Na análise dos dados, utilizamos o software de análise de dados qualitativos NVIVO e o software de análise de dados estatísticos SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

O paper está dividido em quatro seções. Na primeira, contextualizamos brevemente o campo reacionário da direita no Brasil, comparamos concentração de candidaturas e força eleitoral da velha, da “nova direita” e dos partidos “fisiológicos” e suas mudanças recentes ao longo do tempo. Os partidos tradicionais de direita sobrevivem nas arenas eleitoral e parlamentar mesmo diante de mais de uma década de predomínio político da esquerda no Executivo nacional. Porém, eles têm de enfrentar agora desafiantes em seu próprio campo ideológico, disputando espaço com as novas agremiações de direita e os fisiológicos. Na segunda seção, discutimos sobre os dilemas da classificação dos partidos políticos e o método que utilizamos. Na terceira seção analisamos os eleitos, através do recurso matemático de análise de resíduos padronizados e cálculo do índice de crescimento parlamentar. E, por fim, na quarta seção estudamos as bases sócio-políticas desses grupos de partidos através da análise da sua população de candidatos.

### **1. Podemos falar de uma “nova direita” no Brasil?**

Para definir a ideologia à qual se filia um partido político, não é possível abrir mão de uma análise diacrônica. Partidos conservadores apoiaram, no começo do século XX, o sufrágio universal na América Latina. Nos anos 1970 os partidos conservadores argentinos reagiram à liberalização dos mercados propondo medidas protecionistas. Partidos redefinem politicamente seus objetivos programáticos. Conforme se institucionalizam, essas agremiações vão operacionalizando o que Panebianco (2005) chamou de “articulação dos fins”, isto é, vão se adaptando à realidade que os cerca, mas mantendo algumas características originais de sua fundação.

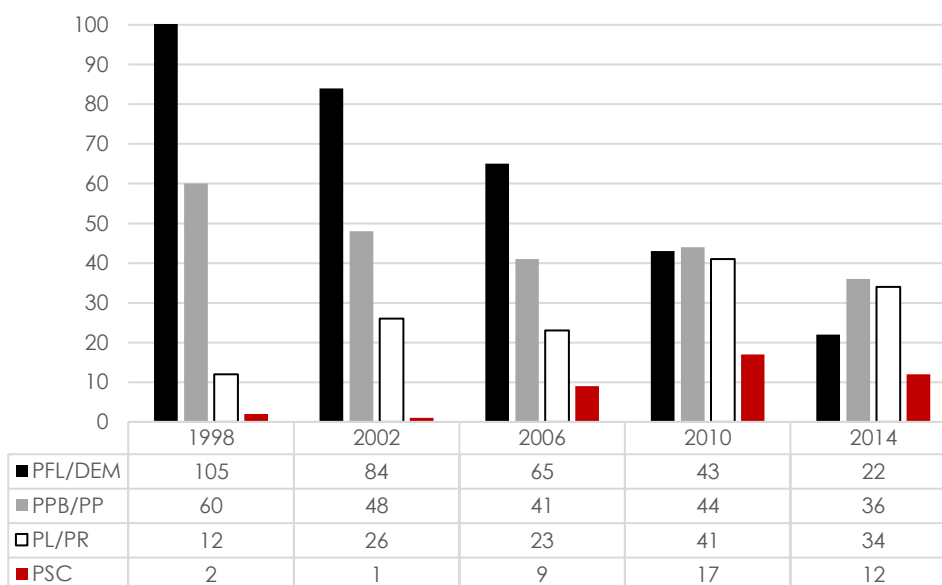
O surgimento de um novo partido conservador brasileiro em 2011, o PSD (Partido Social Democrático), liderado por Gilberto Kassab (dissidente do DEM), a força eleitoral do PSC (Partido Social Cristão), representando a comunidade evangélica e sua agenda moralizante, e a transformação do antigo PFL em DEM deram fôlego para a direita brasileira num contexto de hegemonia de governos de centro-esquerda.

O Partido da Frente Liberal, sócio majoritário da coalizão de governo durante as administrações de Cardoso (1995-1998; 1999-2002), alterou seu nome em 2007 para Democratas (DEM) numa tentativa de renovar sua imagem, seus quadros e voltar a ser a

terceira força política do País. O PPB (Partido Progressista Brasileiro), herdeiro político da ARENA e do PDS, partidos pró-ditadura, que apoiaram o ciclo de governos militares nos anos 1960-70-80, alterou seu nome para PP (Partido Progressista) em 2003 e ingressou na coalizão de apoio ao governo junto com o maior partido de esquerda do país, o Partido dos Trabalhadores (PT). O Partido Liberal (PL), partido tradicional do empresariado nacional, e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), um pequeno partido de extrema-direita, fundiram-se em 2006 para criar o Partido da República (PR) a fim de atingirem a cláusula de barreira de 5% dos votos no país<sup>1</sup>. Também em 2006 e também para superar a cláusula de barreira, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), já fora da coalizão do primeiro governo Lula da Silva (2003-2006), incorporou o Partido dos Aposentados da Nação (PAN).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das bancadas dos principais partidos de direita na Câmara dos Deputados do Brasil a cada eleição entre 1998 e 2014. Esses são também os partidos que chamamos de direita tradicional ou velha direita.

Gráfico 1. Evolução do número absoluto de cadeiras parlamentares dos grandes partidos de direita no Brasil entre 1998 e 2014



Fonte: Dados produzidos pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE.

Os dados mostram uma diminuição global do número de deputados eleitos pelos partidos tradicionais de direita no Brasil ao longo das últimas eleições, mesmo com o sensível crescimento da bancada do Partido Social Cristão, de 2002 a 2010. Ainda assim, a contração

<sup>1</sup> A cláusula de barreira foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e não chegou a vigorar. <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/clausula-de-barreira> Acesso em: 20 agosto 2015.

do número de parlamentares eleitos por esses partidos é clara: de 179 cadeiras em 1998, para 159 em 2002, depois 138 em 2006, em seguida 145 em 2010, até o menor valor da série, apenas 104 posições em 2014 de um total de 513 a cada legislatura. Diante desse quadro, como falar em um crescimento da direita parlamentar?

Os partidos tradicionais de direita tomaram caminhos diversos para sobreviver politicamente. PP e PR aderiram à base de sustentação dos governos Lula da Silva, aceitando suas principais políticas sociais, como o programa de compensação financeira “Bolsa Família” e o programa de habitação popular “Minha Casa Minha Vida”. O único grande partido da direita que não formou parte da coalização governista foi justamente o que teve a maior baixa em sua bancada, o PFL/DEM: ele diminuiu de 105 deputados em 1998 para apenas 22 em 2014. A criação do PSD foi o principal vetor da queda da direita tradicional. O partido foi criado como uma dissidência do DEM, como mencionamos acima, o que também contribuiu para o enfraquecimento parlamentar dos Democratas, e desde 2011 vem incluindo deputados de vários outros partidos do mesmo espectro ideológico, como PP e PSC.

A fim de avaliar se efetivamente há um crescimento da direita política no Brasil, qual o seu sentido e suas perspectivas na próxima rodada eleitoral, propusemos um sistema de classificação diferente que permite separar a velha direita, ou a direita tradicional, de uma nova direita e dos partidos fisiológicos.

## 2. Dilemas de classificação

Há diferentes formas de se classificar partidos políticos no mundo: por seu *tamanho*, pela sua *configuração organizacional* (de massas ou de quadros, para retomar a distinção mais conhecida de Duverger), por sua *origem* (no parlamento, em movimentos sociais, etc.), pelos *interesses* que diz representar, ou por sua *ideologia* (esquerda, direita e seus matizes)<sup>2</sup>. A mais intrincada talvez seja essa última – por famílias ideológicas – onde critérios são conflitantes, fontes escassas e não há consensos nem mesmo em torno de siglas pequenas que possuem plataformas claramente declaradas<sup>3</sup>. Além disso, a separação do universo político entre esquerda e direita é relacional e deve ser contextualizada sempre conforme os espaços geográficos (países ou regiões) e os respectivos contextos históricos (Franzmann 2006).

---

<sup>2</sup> Mesmo aqui há um conjunto de critérios associados que contam para o agrupamento de partidos em tipos e subtipos ou são eles mesmos o fundamento não de tipologias, mas da própria classificação: forma de filiação (massiva ou seletiva), natureza dos objetivos (amplos ou específicos), organização dos processos de decisão interna (abertos a filiados, restritos a lideranças), orientação programática (ideológico ou não ideológico), etc. Para uma tentativa de combinação de critérios, ver Gunther e Diamond (2003).

<sup>3</sup> Para famílias de partidos ver, Mair e Mudde (1998).

Para qualificar partidos conforme suas ideologias respectivas, podemos empregar ao menos cinco formas distintas: auto-imputação ideológica (Zucco Jr., 2011) dos membros de dado partido (deputados, burocratas, candidatos, filiados); consulta a *experts* – cientistas políticos, sociólogos, historiadores (Altman, Luna, Piñeiro, & Toro, 2009; Coppedge, 1997) ou a classificações prévias mais ou menos consensuais na literatura especializada; exame do comportamento dos partidos a partir do grau de consistência (afinidade ideológica) das coligações eleitorais (Carreirão n.d.); diagnóstico dos programas oficiais dos partidos políticos conforme a metodologia consagrada pelo *Manifesto Research Group/Comparative Manifestos Project* (Jahn, 2011; Tarouco & Madeira, 2013; Tarouco, 2011)<sup>4</sup>; ou considerando o comportamento legislativo efetivo dos representantes eleitos do partido (Dias, Menezes, & Ferreira, 2012; Ribeiro, 2012). É possível ainda dizer que partidos se diferenciam em função dos objetivos econômicos que perseguem (Hibbs, Jr. 1977)<sup>5</sup>.

No caso dos partidos analisados aqui, nos interessava solucionar dois problemas, tendo em vista que ainda tentamos compreender o fenômeno da nova direita no Brasil.

O primeiro se refere ao crescimento quantitativo de candidatos e eleitos pelos pequenos partidos. Como os micropartidos, ou partidos “fisiológicos”, usualmente chamados como “legendas de aluguel” têm sido sistematicamente ignoradas pelos estudos disponíveis, é quase nula a presença de informações sobre essas organizações na literatura especializada. Há apenas um estudo recente que analisa os partidos pequenos de direita (com bancada inferior a 4% na Câmara dos Deputados) que identifica as diferentes nuances entre cinco agremiações pequenas de direita: PSL, PSDC, PSC, PRP e PRTB, chegando a essa gradação que vai do mais à direita para menos à direita, acerca dos temas educação, saúde, Estado e economia (Babireski 2016). A autora ainda identifica a ausência de posicionamento programático nos manifestos e programas no PRP e PRTB, caracterizando-os, então, como “fisiológicos”. Ademais, não existem pesquisas que explorem as diferentes colorações que o campo reacionário apresenta. Ou porque esses partidos não existiam no momento em que

---

<sup>4</sup> Para mais informações sobre a metodologia e o banco de dados que cobre 988 partidos em 56 países e analisa 3.924 programas partidários, ver <https://manifestoproject.wzb.eu/> Acesso em: 26 agosto 2015.

<sup>5</sup> O espaço político é mais complexo do que a separação dicotômica entre esquerda e direita e uma gradação aceita é aquela que vai da extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, até a centro-direita, direita, extrema-direita. Um partido pode caminhar de uma banda a outra ao longo do tempo. As entrevistas com parlamentares repetidas pela pesquisa de Power e Zucco Jr. (POWER, T. J., ZUCCO Jr., 2011) em diferentes momentos mostraram que a cada rodada o PPS se percebia cada vez menos na centro-esquerda e cada vez mais na centro-direita. O caso do PSDB é emblemático dessas dificuldades de classificação. O que priorizar? A orientação das políticas enquanto o partido controlou o governo nacional?; o seu programa oficial?; os posicionamentos públicos das suas lideranças?; mas quais dentre elas?; as votações congressuais?; os discursos de candidatos? A evidência mais efêmera é sem dúvida a última.



aquelas pesquisas mencionadas acima foram feitas, ou porque não tinham eleito nenhum candidato.

O segundo problema é que o ambiente político embaralha a questão partidária. As conjunturas eleitorais mais ou menos polarizadas, os embates entre os líderes (“caciques”) de correntes ou facções, os temas fundamentais pautados na agenda pública a cada rodada eleitoral, questões muito específicas que emergem nas campanhas e exigem de candidatos posicionamentos colocam partidos ora mais próximos de um corner, ora de outro. Nesse sentido, a solução que adotamos foi analisar o conteúdo dos programas e manifestos dos partidos, com foco em neoliberalismo (categoria economia) e conservadorismo (categoria moral) e classificamos a partir de ausência e presença desses termos nos documentos. A partir da técnica *Análise de Conteúdo*, realizada pelo software de análise qualitativa de dados NVIVO, buscamos trechos que fazem referência aos temas citados acima. A mensuração consistiu na porcentagem de cobertura dos documentos nas duas categorias. O Quadro 1 sintetiza o resultado da análise de dos manifestos e programas partidários por nós realizados. Propomos uma classificação que se divide em fisiológicos, a nova e a velha direita. A categoria “outros partidos” consiste em agremiações não pertencentes à direita e, portanto, não fazem parte de nossa análise.

Quadro 1. Classificação dos partidos políticos brasileiros por ideologia

	fisiológico	nova direita	outros partidos	velha direita	Total
N	2.425	2.255	12.994	5.545	23.219
%	10,4	9,7	56,0	23,9	100,0
sigla	PT do B PRP PTC PRB PAN SD	PTB PRTB PTN PEN	PT PMDB PDT PSB PSDB PV PPS PSOL PMN PHS PC do B PSTU PROS PCB PCO PPL	DEM PFL PGT PL PP PPB PR PRN PRONA PSC PSD (K)* PSD** PSDC PSL PSN PST	

Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR)

Na categoria *fisiológico* estão agrupados os partidos que não possuem posicionamentos firmes sobre economia e moral. Na análise dos documentos, essas agremiações apresentaram posicionamentos rasos e genéricos, geralmente “a favor da saúde, educação, do idoso, criança”, etc. Dos seis partidos fisiológicos encontrados, três foram criados no fim da década de 1980 e início de 1990, são eles, o PT do B, PRP e PTC. O primeiro foi formado por dissidentes do Partido Trabalhista Brasileiro, o segundo, sob a alcunha de “novos republicanos”, e o terceiro, inicialmente surgiu como Partido da Juventude, mudou sua sigla para Partido da Reconstrução Nacional em 1989, agremiação que elegeu o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello, e que mudou novamente de nome, em 2000, para Partido Trabalhista Cristão, denominação que permanece até hoje. O PAN, partido classista fundado em 1998, dizia-se a favor dos direitos dos Aposentados, foi incorporado ao PTB em 2006. E, entre os partidos fisiológicos surgidos já neste século está o PRB, partido fundado em 2005 por políticos próximos ao ex-vice-presidente da República, José Alencar, do PL, político que migrou para este partido em 2005, após o escândalo do mensalão ter atingido seus correligionários do Partido Liberal. Celso Russomano é a figura mais notória, atualmente, do PRB, partido hoje vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus. Por fim, o Solidariedade, partido fundado em 2012, pelo líder sindical Paulo Pereira da Silva, o “Paulinho da Força” presidente nacional da central sindical Força Sindical, é o sexto partido por nós classificado como fisiológico.

A nova direita se apresenta de duas formas. O PTB, PRTB e PEN são partidos que se posicionam de maneira liberal em relação ao mercado e o comportamento individual. O primeiro, Partido Trabalhista Brasileiro, refundado em 1981, aderiu à base de sustentação dos governos Lula da Silva, e, após um longo período de tempo nesta posição, deixou o apoio ao PT em 2014 para apoiar a candidatura do presidenciável Aécio Neves, do PSDB, naquele pleito. Tem como principal dirigente, o réu da ação penal n. 470, Roberto Jefferson. Já a outra agremiação que também possui trabalhista no nome, o PRTB, foi fundado por Levy Fidelix, em 1994, inicialmente como PTRB e logo mudando para o nome atual. O Partido Ecológico Nacional (PEN) é uma agremiação que nunca teve o ambientalismo como bandeira principal. É, na realidade, um partido vinculado à Igreja evangélica Assembleia de Deus, criado em 2011 em resposta ao fisiológico PRB, ligado à Igreja Universal.

Em outro quartil, representado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) a outra nova direita apresenta predomínio no tom conservador para questões morais e ausência de críticas sobre o tamanho do estado e suas áreas de atuação. Refundado em 1995, o partido do ex-presidente Jânio Quadros e dissidência do PTB, acabou orbitando as candidaturas

tradicionais da direita na abertura democrática, assim como os demais micropartidos fisiológicos e da nova direita, PT do B, PTC e PTN.

A velha direita ou direita tradicional, apresenta predomínio de temas econômicos com maior coloração neoliberal, ou seja: defesa de privatizações; da iniciativa privada; empreendedorismo (individualismo de mercado); mínima intervenção do estado na economia; somados a questões morais e sociais conservadoras: defesa da família e religião. Nesse grupo ficaram os partidos que se originaram de regimes ditatoriais como o PSD (1987-2003), PPB (1995-2003) que mudou seu nome para o atual PP, PSDC, PFL (1985-2007) e PL (1985-2006). Os partidos satélites desses, que orbitaram suas coligações eleitorais, como o PRONA, PSN, PSC, PGT, PSL e PRN. Assim como as dissidências e fusões, como o DEM, o PSD de Gilberto Kassab, PR (resultado da fusão do PL com o PRONA para atingir a cláusula de barreira de 5% então existente) e PST (1996-2003), que foi incorporado ao PL.

Em “outros partidos” incluímos todas aquelas organizações que vão do centro (PSDB, PPS) à extrema-esquerda (PCO, PSTU, PSOL).

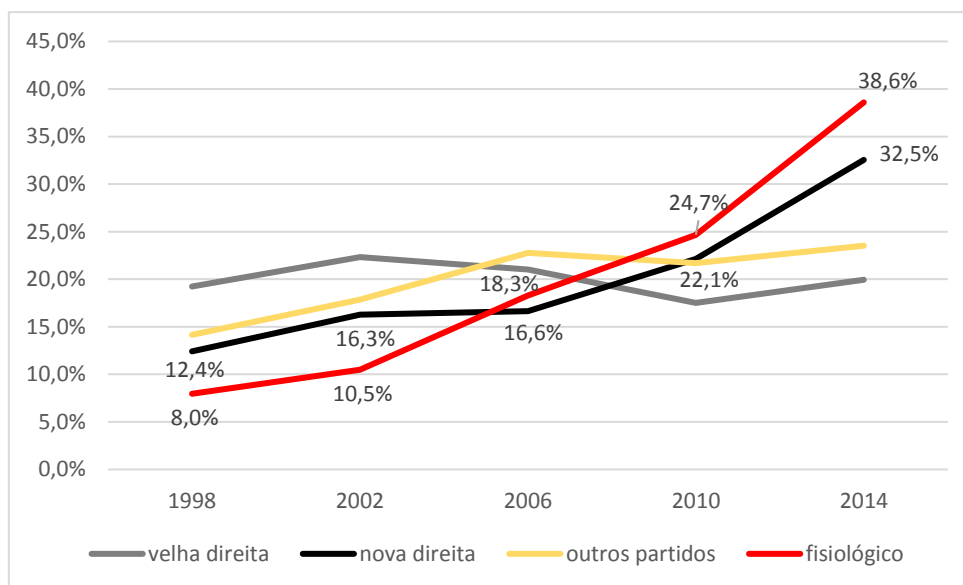
De acordo com essa proposta de distribuição de partidos, estudamos todos os 23.219 candidatos a deputado federal no Brasil entre 1998 e 2014. Esse é o período em que há dados menos desorganizados e mais seguros de concorrentes e eleitos computados pelo Tribunal Superior Eleitoral do Brasil a partir das informações transmitidas pelos Tribunais Regionais.

Embora tenha havido uma diminuição das bancadas dos principais partidos da direita tradicional, identificamos um crescimento exponencial da proporção de candidaturas pelos partidos da nova direita e dos fisiológicos, a qual expomos no gráfico 2. Há uma concentração muito alta de candidaturas dos partidos fisiológicos e da nova direita nos últimos anos, em relação ao total de candidaturas dessas classes de partidos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Notem que aqui não estamos tratando sobre a proporção por eleição, e sim quanto cada classe de partidos lançou de candidatos em todos os pleitos estudados, em relação a ele mesmo.

Gráfico 2 – Percentual de candidatos à deputado federal por partidos da velha direita, nova direita, fisiológicos e “outros”

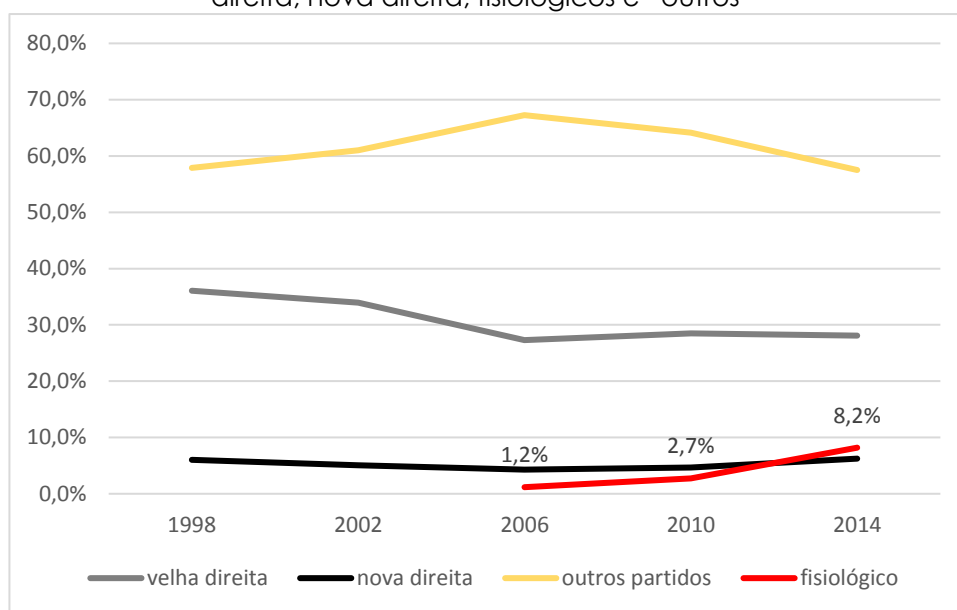


Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR)

Os partidos da velha direita, representados pela linha cinza, mantêm uma certa estabilidade em seu percentual de candidatos, não havendo aumento em relação ao percentual apresentado em 1998. Os outros partidos permanecem próximos da velha direita, também na casa dos 20%. Enquanto isso, considerando todos os candidatos lançados pela nova direita, 12,4% foi o percentual lançado em 1998 saltando para extraordinários 32,5% em 2014. No mesmo caminho, os partidos fisiológicos tiveram uma menor concentração em 1998, lançando apenas 8% do seu total, crescendo para 38,6% em 2014.

Já entre os eleitos, a linha de crescimento da nova direita apresenta uma relativa estabilidade, enquanto os partidos fisiológicos possuem maior concentração de eleitos em 2014, de 8,2% como demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3. Percentual de eleitos à Câmara dos Deputados por partidos da velha direita, nova direita, fisiológicos e “outros”



Fonte: Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR)

Podemos aferir, através deste gráfico (3) a estabilização da concentração de eleitos pelos partidos da velha direita, a partir de 2006, a relativa queda dos outros partidos, ao mesmo tempo em que há o aumento da concentração de eleitos pelos partidos fisiológicos, de 2006 a 2014. No entanto, é necessário analisarmos mais de perto os eleitos para a Câmara dos Deputados, para além das proporções da sua concentração em sua classe de partido. Na próxima seção analisaremos o crescimento parlamentar dessas agremiações, a partir do cálculo do índice de crescimento parlamentar.

### 3. Os eleitos

#### 3.1 Análise de resíduos padronizados

A Tabela 1 organiza as informações apenas dos 2.565 deputados eleitos de acordo com a nossa classificação dos partidos brasileiros a cada eleição.

Tabela 1. Número absoluto, percentual e resíduos padronizados ajustados de deputados federais **eleitos** por tipo de partido político no Brasil, 1998-2014

		1998	2002	2006	2010	2014	Total
fisiológico	N	0	0	6	14	42	62
	%	0,0%	0,0%	1,2%	2,7%	8,2%	2,4%
	Residual ajustado	-4,0	-4,0	-2,1	,5	9,5	
nova direita	N	31	26	22	24	32	135
	%	6,0%	5,1%	4,3%	4,7%	6,2%	5,3%

	Residual ajustado	,9	-,2	-1,1	-,7	1,1	
	N	297	313	345	329	295	1579
outros partidos	%	57,9%	61,0%	67,3%	64,1%	57,5%	61,6%
	Residual ajustado	-1,9	-,3	3,0	1,3	-2,1	
	N	185	174	140	146	144	789
velha direita	%	36,1%	33,9%	27,3%	28,5%	28,1%	30,8%
	Residual ajustado	2,9	1,7	-1,9	-1,3	-1,5	
Total	N	513	513	513	513	513	2565
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Approx. Sig. 0,000 | Contingency Coefficient 0,210 | N of Valid Cases 2.565

Fonte: Dados produzidos pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE.

Nota-se que o total de eleitos nos três grupos é muito desequilibrado. De um lado temos um total de 1.579 integrantes de “outros partidos”, do outro, apenas 135 representantes da “nova direita” e 62 dos “fisiológicos”. Por isso, mais do que olhar para o número absoluto de cadeiras controladas por cada grupo na Câmara dos Deputados (ou sua tradução em percentual), é mais instrutivo observar os resíduos padronizados ajustados.

Resíduos padronizados são um indicativo de que os valores encontrados excedem os valores observados. Ou seja, dada uma distribuição probabilística ideal, o resíduo padrão denota o dado que foge à probabilidade esperada estatisticamente, para mais ou para menos na distribuição. Aqui os resíduos com valores acima de 1,96 ou abaixo de -1,96 indicam que há concentração de determinados grupos além da expectativa estatística quando o intervalo de confiança é de 95%. Assim, se no início desta série a velha direita apresenta resíduo de 2,9, a nova direita 0,9 e os fisiológicos -4,0, e ao final, o valor do resíduo padrão do grupo da nova direita é 1,1, quer dizer que esse grupo de partidos obteve um aumento dentro do esperado, enquanto o sinal se inverte para a velha direita, acabando em -1,5 e cresce exponencialmente para os fisiológicos, com 9,5. Especialmente o valor de 9,5 em resíduos ajustados, aponta que o crescimento desse grupo foi muito além do esperado. Além disso, chama a atenção o crescimento abaixo do esperado da categoria “outros partidos”, com resíduo de -2,1 em 2014. Se a contagem de cadeiras entre os tipos de partidos fosse a esperada, os fisiológicos deveriam ter conquistado apenas 12 vagas em 2014 contra as 42 que realmente obteve. A velha direita, por sua vez, deveria ter obtido 157 cadeiras na Câmara dos Deputados contra as 144 que realmente conseguiu.

### 3.2 Índice de crescimento parlamentar

A Tabela 2 pretende mostrar os mesmos dados acima, mas através de outro recurso matemático. Calculamos o *índice de crescimento parlamentar* para as três categorias de partidos. De forma bastante simples, o ICP representa a taxa de crescimento que a bancada de determinado grupo (partido, frente parlamentar, coalizão) obteve de uma legislatura a outra.

Tabela 2. Número de **cadeiras** conquistadas na Câmara dos Deputados do Brasil entre 1998 e 2014 e índice de crescimento parlamentar (ICP)<sup>7</sup> por grupos de partidos

	fisiológico		nova direita		outros partidos		velha direita	
	Cadeiras	ICP	Cadeiras	ICP	Cadeiras	ICP	Cadeiras	ICP
1998	0	0	31	0	297	0	185	0
2002	0	0	26	-0,16	313	0,05	174	-0,06
2006	6	6	22	-0,15	345	0,10	140	-0,19
2010	14	1,33	24	0,09	329	-0,05	146	0,04
2014	42	2	32	0,33	295	-0,10	144	-0,014
Total	62	9,33	135	0,11	1579	0,01	789	-0,23

Fonte: Dados produzidos pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE.

Partindo da base de 1998, o índice de crescimento mostra a progressão ou a regressão dos valores em relação à eleição anterior. Somada a variação acumulada, de 2002 a 2014, a velha direita reduziu a sua bancada em 23% ( $\sum_{icp} 1998-2014 = -0,23$ ) e o grupo dos outros partidos permaneceu com uma redução bastante sensível ( $\sum_{icp} 1998-2014 = -0,01$ ), a nova direita aumentou em 11% seu contingente de deputados ( $\sum_{icp} 1998-2014 = 0,11$ ) e os partidos fisiológicos obtiveram um aumento muito acima do comum, de 933% ( $\sum_{icp} 1998-2014 = 9,33$ ). Se compararmos o ano de 2014 com 1998, veremos que enquanto a velha direita reduziu a sua bancada 22,2%, de 185 cadeiras para 144, os “outros partidos” diminuíram em 1%, a nova direita aumentou em 3% e os partidos fisiológicos aumentaram 600%, da sua primeira conquista em 2006 para 2014, o tamanho de sua bancada.

Essa é uma maneira de apreender o avanço da direita, e mais especificamente de um gênero de direita, que uma classificação dicotômica (direita *versus* não direita) não captaria. Observando apenas o Gráfico 1 (mais acima), deveríamos concluir que a direita política está se enfraquecendo a cada rodada eleitoral. Na realidade, os partidos políticos tradicionais de

<sup>7</sup> O ICP é calculado da seguinte forma:  $(a/p)-1$ . Onde  $a$  representa o número de cadeiras atual,  $p$  representa o número de cadeiras na legislatura anterior. O ano base em que se começa a contagem sempre inicia com crescimento zero, por definição.

direita sobrevivem nas arenas eleitoral e parlamentar mesmo diante do predomínio de mais de uma década de governos de esquerda. Todavia, eles devem concorrer no mercado de posições políticas com os partidos fisiológicos. Esse fenômeno, que não é exclusivo do Brasil, instigam a compreender suas agendas (programas), sua força eleitoral (votos) e suas bases sócio-políticas.

Na seção seguinte analisaremos as bases sócio-políticas da velha, nova direita e dos partidos fisiológicos. Apenas o número de eleitos ou suas taxas de crescimento já são convincentes sobre a importância desses micropartidos. Entretanto, isso não nos dá um retrato tão fiel quanto possível da demografia da classe política brasileira (e da sua transformação ao longo do tempo) como é possível fazer através do estudo da massa de candidatos.

#### **4. As bases sócio-políticas da nova direita brasileira: os candidatos**

As informações disponíveis sobre candidatos acessíveis na base do TSE permitem lidar com quatro elementos para compor perfil social: sexo, grau de instrução, cor da pele e ocupação. Embora se possa combiná-los de várias formas ou testar o peso relativo de cada variável nas chances de sucesso eleitoral, a variável que elegemos para este trabalho foi ocupação declarada (ou “profissão”). Essa informação tem limites severos. Candidatos podem declarar, sem qualquer critério, qualquer coisa. Não se pede, por exemplo, para que se indique a ocupação *atual* nem, no caso de se exercer mais de uma atividade, aquela que é responsável pela maior fonte de renda. Não há nenhuma orientação para que aquele que preencha a ficha de candidatura diferencie a carreira na qual foi formado (“curso superior”) da ocupação que realmente pratica. Assim, não é raro constatar que um mesmo indivíduo, quando se recandidata, informe uma profissão completamente diferente daquela da eleição anterior. Além de tudo, o candidato pode optar por preencher a ficha indicando como profissão “outras”<sup>8</sup>. Mesmo assim, ou apesar disso, é um índice utilizável que esse grupo de dados oferece para indicar perfil sócio-profissional.

Os dados sobre as últimas cinco eleições para a Câmara dos Deputados serão apresentados como resíduos padronizados ajustados a fim de facilitar mais a visualização das diferenças entre os tipos de partidos.

Para entender melhor as barras do Gráfico 4 é suficiente saber que a velha direita apresentou 1.066 concorrentes em 1998 (31,55% do total de 3.378 candidatos naquele ano),

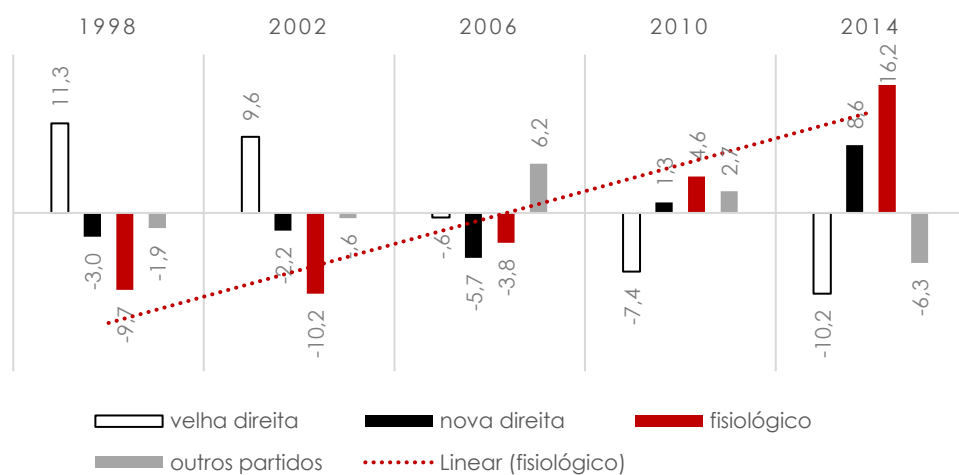
---

<sup>8</sup> Em nosso banco de dados, de um total de 23.219 casos, 3.141 anotaram na ficha “outras” ocupações.



para valores esperados de 807 (os resíduos devem ser positivos, portanto). Ainda em 1998 a nova direita inscreveu 280 candidatos (um pouco mais que 8% do total) para uma contagem esperada de 328,1 (os resíduos aqui devem ser negativos). Os fisiológicos, candidataram em 1998 193 postulantes, enquanto esperava-se 352,8, o que explica o seu resíduo em -9,7. Já em 2014 os partidos fisiológicos concorreram à Câmara dos Deputados com uma lista de 936 candidatos, ou 16% do total de 5.832 inscritos, contra o esperado probabilisticamente de apenas 609,1. Enquanto isso, a nova direita apresentou 734 candidatos frente aos 566 esperados, 16% do total de candidatos naquele pleito. A velha direita, como teve de enfrentar a concorrência em seu campo ideológico, alistou menos candidatos do que o esperado: 1.105 ao invés de 1.392,8. Em resumo, bem menos dos quase 32% da lista que detinha em 1998, somente 18,9%

Gráfico 4. **Candidatos** por tipos de partidos à Câmara dos Deputados, Brasil 1998-2014 (resíduos padronizados ajustados)



Approx. Sig. 0,000 | Contingency Coefficient 0,171 | N of Valid Cases 23.219  
 Fonte: Dados compilados pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE

Os resíduos padronizados ajustados mostram o crescimento espetacular dos partidos fisiológicos e sua capacidade de atração no mercado de candidatos e por extensão, podemos supor, sua grande penetração social. A linha de tendência enfatiza o resíduo de -9,7 no começo da série de dados e seu crescimento até os +16,2. Notem que tanto no caso dos fisiológicos, como na nova direita, até 2010, os resíduos para esses dois grupos são acentuadamente negativos, isto é, os fisiológicos e a nova direita possuem pouquíssima força eleitoral. Em 2010 é a primeira eleição em que a posição de ambos em relação à velha direita se inverte e essa tendência se consolida em 2014. Ela se torna mais importante, desse ponto

de vista, bem entendido, que todos os outros partidos do terceiro agrupamento (resíduos de -10,2 para a velha direita e -6,2 para os “outros partidos”).

O crescimento dos partidos fisiológicos e da nova direita foi homogêneo ao longo do tempo por todo o espaço nacional? Ou concentrou-se em algumas regiões? Será que é possível estabelecer uma divisão clara, a cada eleição, entre esses grupos ideológicos de partidos e determinadas regiões do território brasileiro?

A tabela 3 a seguir organiza as informações dos candidatos a cada rodada eleitoral distribuindo os dados pelas cinco macrorregiões geopolíticas estabelecidas pelo IBGE. Resíduos positivos acima do valor crítico +1,96 revelam maior concentração de casos que o esperado e resíduos negativos acima de -1,96 revelam menor concentração.

Tabela 3. Candidatos à Câmara dos Deputados por **regiões** e tipos de partidos, Brasil 1998-2014 (resíduos padronizados ajustados)

		Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1998	fisiológico	-3,4	-1,0	-2,4	7,3	-4,2
	nova direita	-2,2	-3,4	-1,7	3,6	2,1
	outros partidos	3,0	-,3	,4	-3,4	2,4
	velha direita	-,3	2,9	1,7	-2,1	-1,7
2002	fisiológico	,8	,2	-1,7	3,6	-4,7
	nova direita	,2	-1,9	-1,1	1,7	,8
	outros partidos	,9	2,2	1,2	-6,7	5,2
	velha direita	-1,5	-1,3	,2	4,3	-3,7
2006	fisiológico	-2,3	2,8	-1,8	3,1	-4,4
	nova direita	-1,9	-2,3	1,6	2,2	-,3
	outros partidos	1,6	,7	2,3	-6,9	5,9
	velha direita	,9	-1,3	-2,5	4,5	-3,7
2010	fisiológico	-,6	,4	-2,3	5,1	-5,5
	nova direita	,1	-2,4	,5	2,2	-,8
	outros partidos	-,2	,4	,8	-4,9	6,1
	velha direita	,7	1,0	,5	,3	-2,5
2014	fisiológico	-3,2	-2,3	-2,0	8,5	-5,5
	nova direita	-2,8	3,5	-3,0	,7	-,5
	outros partidos	2,4	-1,2	2,2	-5,4	5,7

velha direita	2,4	,7	1,6	-1,7	-1,7
---------------	-----	----	-----	------	------

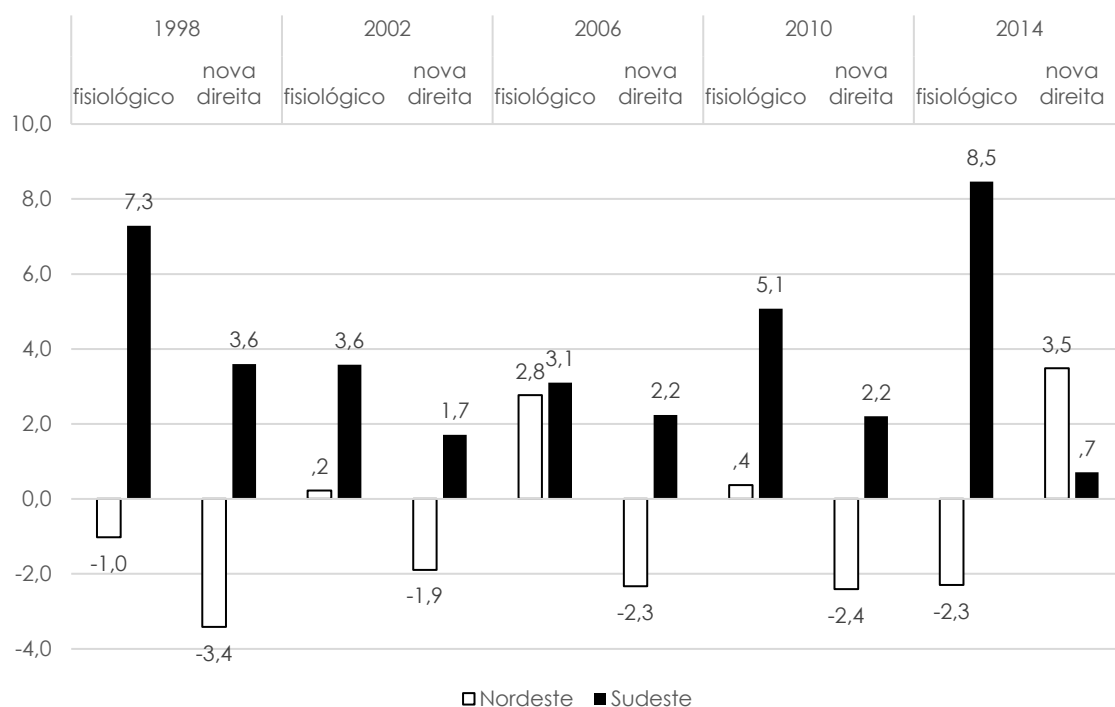
Approx. Sig. 0,000 | Contingency Coefficient 0,121 | N of Valid Cases 23.219

Fonte: Dados produzidos pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE.

Os dados revelam concentrações diferentes (positivas e negativas) em diferentes regiões em cada eleição considerada. Não há nem um padrão global identificável (como nos gráficos anteriores), nem a especialização de um tipo de partido em mais de um espaço geográfico. Ainda assim, podemos extrair algumas evidências: *i)* os partidos fisiológicos obtiveram uma maior concentração na região sudeste do Brasil, visto que os resíduos padronizados ajustados estão sempre muito acima do valor crítico de -1,96; *ii)* a velha direita não é um “fenômeno nordestino”, ou seja, os partidos tradicionais da direita tradicional não estão obrigatoriamente na região geográfica menos desenvolvida economicamente do País; *iii)* a nova direita possui maior concentração de candidatos no sudeste, e, em 2014, há um considerável aumento na região nordeste, com um resíduo de 3,5; *iv)* o grupo dos outros partidos é muito grande (mais de 12 mil candidatos) e muito heterogêneo (inclui um espectro que vai do PMDB ao PSTU). Assim, o esperável seria não encontrar qualquer padrão, mas não é o que ocorre. Outros partidos concentram-se majoritariamente no sul e estão abaixo do esperado no sudeste. Olhando os dados da Tabela 3, notamos que o número de concorrentes por outros partidos no Sudeste é, em todas as eleições, significativamente abaixo do esperado (com um resíduo de -5,4 em 2014), e os da região Sul sempre muito acima do valor crítico, em especial a partir de 2002.

A fim de visualizarmos melhor os dados por macrorregiões, isolamos o caso dos fisiológicos e da nova direita e comparamos o comportamento da variável “número de candidatos apresentados” à Câmara dos Deputados de 1998 até 2014 em dois espaços opostos tanto demograficamente, quanto socialmente e economicamente: o Nordeste e o Sudeste. Esse exercício permite evidenciar se a nova direita é um fenômeno regional ou não.

Gráfico 5. Candidatos da “nova direita” à Câmara dos Deputados por macrorregiões selecionadas, Nordeste e Sudeste, 1998-2014 (resíduos padronizados ajustados)



Fonte: Dados produzidos pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE.

O grupo de partidos fisiológicos é, até o momento, um fenômeno político da região sudeste do Brasil. A contar de 1998, onde os fisiológicos lançaram nos estados da região sudeste 70 vezes mais candidatos do que o esperado, e teve um aumento ainda maior nas eleições de 2014, com um resíduo de 8,5. A nova direita também mantém um padrão de candidaturas acima do esperado, até 2010, no mercado político de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mercado esse que concentra 43,44% dos eleitores do Brasil<sup>9</sup>. Nas eleições de 2014 esse aumento reverte para a região nordeste, onde apresenta um resíduo de +3,5 e na região sudeste +0,7.

Embora tenha havido resíduos acima dos valores críticos dos fisiológicos e da nova direita no nordeste em dois casos isolados, nas eleições de 2006 e 2014, respectivamente, não há um padrão de aumento de candidaturas nessa região. Assim, podemos aferir que os fisiológicos e a nova direita são correntes políticas “modernas”, isto é, não baseada em

<sup>9</sup> Tribunal Superior Eleitoral. Eleições / Estatísticas eleitorais / Estatísticas eleitorais 2014. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-eleitorado> Acesso em: 18 agosto 2015.

formas de dominação tipicamente coronelísticas (“tradicionalistas”) e estão inseridas na área mais “moderna” do País<sup>10</sup>.

O terceiro aspecto a analisar sobre os partidos fisiológicos e a nova direita é o seu perfil social. Além de serem muitos, estarem concentrados no Sudeste, quem são eles? Isto é: há um perfil ocupacional característico da massa de candidatos desse grupo de partidos?

Dividimos o universo de candidatos a partir das autodefinições sobre as ocupações profissionais que constavam em suas fichas de inscrição nos TREs em classes, seguindo o padrão usual de estudos de elites políticas: *i*) políticos profissionais, *ii*) ocupações típicas de camadas médias urbanas (em geral profissões liberais), *iii*) empresários urbanos e rurais (do setor bancário, comercial, industrial e agrário), *iv*) trabalhadores, uma grande categoria que engloba desde trabalhadores do setor urbano de serviços, profissionais de nível médio até trabalhadores manuais com baixa ou nenhuma qualificação e criamos uma quinta, *v*) “novas lideranças políticas”. O Quadro 2 é exemplificativo das ocupações que há no banco de dados<sup>11</sup>.

Quadro 2. Candidatos a deputado federal no Brasil por classes de ocupação, 1998-2014

Políticos	Camadas médias	Empresários urbanos e rurais	Trabalhadores	Novas lideranças políticas	Outras ocupações; sem informação	Total
2256	9707	3115	2622	985	4534	23219
9,7%	41,8%	13,4%	11,3%	4,2%	19,5%	100%
Senador, deputado vereador, ocupante de cargo em comissão, governador, prefeito, ministro de estado	Advogado, médico, servidor público, engenheiro, professor de ensino superior, policial civil, publicitário, pedagogo, etc.	Empresário, proprietário de estabelecimento comercial, estabelecimento de prestação de serviços, de estabelecimento industrial, estabelecimento	Bancário, agricultor, auxiliar de escritório, taxista, agente administrativo, enfermeiro técnico em contabilidade, vigilante, farmacêutico, trabalhador de construção	Sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa (pastor, padre), jornalista e redator, locutor e comentarista de rádio e televisão e radialista,	Donas de casa; estudantes; aposentados; pensionistas; sem informação; “outras ocupações”	

<sup>10</sup> Se considerarmos apenas os candidatos da região Sudeste, a proporção de candidatos dos partidos fisiológicos em relação às demais regiões a cada eleição foi a seguinte: 70% (1998), 53% (2002), 53% (2006), 58% (2010) e 61% (2014). Entre a nova direita as proporções também demonstraram relevância: 55% (1998), 47% (2002), 51% (2006), 53% (2010) e 49% (2014).

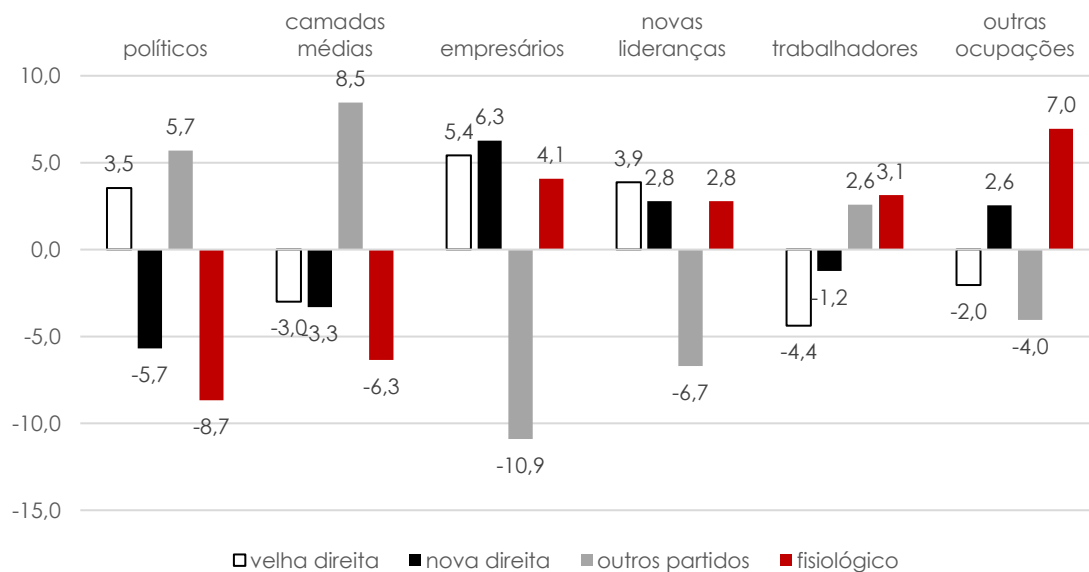
<sup>11</sup> É possível omitir a ocupação no momento do registro da candidatura nos TREs escrevendo “outras profissões”. Trabalhamos somente com as ocupações declaradas. Assim, o N desses testes é 20.078. 3.141 candidatos foram atribuídos como *data missing*.

nto agrícola, diretor de empresas, pecuarista, proprietário de microempres a, capitalista de ativos financeiros	civil, trabalhador metalúrgico e siderúrgico funileiro tecnólogo; etc.	cantor e compositor , ator e diretor de espetáculo s públicos, comunicól ogo, comunicad or
--	--	---

Fonte: Dados produzidos pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE.

Na codificação de ocupações, a classe “novas lideranças políticas” é *ad hoc*. Novas lideranças incluem essencialmente comunicadores e líderes religiosos. São as ocupações que supomos serem as típicas das bases sociais dos partidos da nova direita e dos fisiológicos. Elas excluem, portanto, advogados, fazendeiros, empresários, sindicalistas, médicos, isto é, as profissões tradicionais de origem da classe política brasileira. São ocupações eminentemente urbanas, com grande apelo popular e alta exposição junto aos eleitores. Estão alicerçadas em um eleitorado conservador de base neopentecostal e preocupados com seus direitos de consumidores, à exemplo dos eleitores de Celso Russomano nas eleições últimas para a prefeitura de São Paulo ou dos eleitores de radialistas e apresentadores que mantém a audiência com o noticiário policial dos grandes centros urbanos.

Gráfico 6. Candidatos à Câmara dos Deputados por **ocupações** e tipos de partidos políticos, Brasil 1998-2014 (resíduos padronizados ajustados)



Approx. Sig. 0,000 | Contingency Coefficient 0,127 | N of Valid Cases 23.219

Fonte: Dados produzidos pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE.

Analisando os dados sem discriminar por eleições, podemos dizer com segurança, a partir da distribuição dos resíduos padronizados, que há uma afinidade entre esses grupos de partidos e as ocupações dos candidatos a deputado. Na velha direita política, há uma maior concentração de candidatos empresários (+5,4), políticos profissionais (+3,5) e um contingente relevante de novas lideranças sociais (+3,9). A nova direita é a corrente política que apresenta mais empresários na política nacional que o esperado probabilisticamente (+6,3), além disso, listou novas lideranças (+2,8) e um contingente importante de seus postulantes está centrado em “outras ocupações”. A classe “outros partidos” concentra os políticos de carreira (resíduo de +5,7) e as profissões urbanas liberais (+8,5). Os fisiológicos, além de lançarem candidatos políticos profissionais e profissionais liberais muito abaixo do limite esperado, possui em suas listas um maior contingente de candidatos empresários (+4,1) e novas lideranças (+2,8) e trabalhadores (+3,1). Ademais, esses partidos fisiológicos apresentaram uma maior concentração de candidatos com “outras profissões”.

Esse achado não foge do padrão já estabelecido pela sociologia política brasileira. Contudo, ao separarmos a categoria ‘novas lideranças’ percebemos que estas são capazes de adicionar um rendimento analítico menos descritivo do que a relação constatada entre direita e empresários e proprietários. Há, portanto, que se considerar que a direita tem atraído cada vez mais esses perfis personalistas de líderes que já contam com base eleitoral difusa e formada. Por outro lado, é importante observar que é na nova direita, composta majoritariamente por micro e pequenos partidos, onde os trabalhadores passam a ganhar terreno, vide lançamento acima do normal nessa categoria, pelos partidos fisiológicos. Na medida em que o sistema partidário impõe políticos de carreira como candidatos ótimos para os outros partidos, é no grupo fisiológicos que os trabalhadores, novas lideranças e empresários encontram abertura para lançarem suas candidaturas. O mesmo vale para a nova direita, que candidata mais novas lideranças e empresários.

A Tabela 4 traz informações sobre as ocupações, mas por ano de eleição. Podemos acompanhar se houve ou não uma mudança no perfil social da nova, da velha direita e dos partidos fisiológicos ao longo do tempo.

Tabela 4. Candidatos à Câmara dos Deputados por **ocupações** e tipos de partidos **por ano** de eleição 1998-2014 (resíduos padronizados ajustados)

		velha direita	nova direita	outros partidos	fisiológico
1998	políticos	-1,6	-1,7	4,0	-3,4
	camadas médias	-,5	-1,7	2,6	-2,5

	empresários	2,6	3,6	-4,6	,3
	novas lideranças	2,8	1,8	-3,1	-1,0
	trabalhadores	-2,3	-,4	1,2	2,6
	outras	-,1	,0	-1,6	3,7
	políticos	,7	-1,3	1,8	-3,5
	camadas médias	-2,2	-,9	4,4	-3,7
2002	empresários	2,8	1,5	-3,0	-,9
	novas lideranças	2,4	,1	-3,4	2,3
	trabalhadores	,6	-,1	-1,9	3,0
	outras	-1,8	,7	-,8	4,2
	políticos	2,1	,1	2,1	-6,8
	camadas médias	-2,7	-2,2	3,0	,8
2006	empresários	2,5	,9	-4,4	3,1
	novas lideranças	2,0	2,2	-3,8	1,3
	trabalhadores	-2,2	,2	1,2	1,0
	outras	,1	,6	-,5	,2
	políticos	4,4	-4,1	3,1	-6,3
	camadas médias	-2,5	,6	2,9	-1,9
2010	empresários	3,7	3,9	-5,7	,5
	novas lideranças	,5	2,8	-3,5	2,1
	trabalhadores	-3,2	-2,6	2,1	3,2
	outras	-1,4	-,2	-1,0	3,3
	políticos	3,7	-5,0	1,9	-2,0
	camadas médias	-1,3	-2,2	5,6	-4,3
2014	empresários	2,7	3,9	-7,0	3,2
	novas lideranças	-,4	,0	-1,3	2,2
	trabalhadores	-2,4	-,1	3,0	-1,4
	outras	-1,4	3,1	-3,8	3,9

Approx. Sig. 0,000 | Contingency Coefficient 0,129 | N of Valid Cases 23.219

Fonte: Dados processados pelo Observatory of social and political elites of Brazil (UFPR), a partir do TSE.

Quando se olha a distribuição dos resíduos ajustados do perfil ocupacional dessas correntes político-ideológicas, chamam a atenção quatro dados. As siglas da velha direita não têm conseguido atrair candidatos das camadas médias urbanas e trabalhadores. Há sempre uma diferença importante entre a contagem esperada de candidatos e os aspirantes apresentados por esses partidos. Os resíduos na Tabela 4 são sistematicamente negativos para essas duas categorias de profissões em uma média de -2. Em contrapartida, há mais ocupantes de profissões políticas nos partidos da velha direita e um alto e frequente contingente de empresários. Os partidos da nova direita apresentam resíduos negativos acima



do limite crítico para a categoria dos políticos profissionais, aumentando consideravelmente em 2010 (-4,1) e 2014 (-5,0) e possui uma maior concentração de candidaturas de empresários e novas lideranças, mantendo-se com os resíduos acima do limite ao longo de quase todo o período nessas duas categorias profissionais. Da mesma forma, partidos fisiológicos concentram ao longo de todo o período, candidaturas de novas lideranças (+2,3 em 2002, +2,1 em 2010 e +2,2 em 2014), empresários (+3,1 em 2006 e +3,2 em 2014) e em algumas eleições, candidaturas de trabalhadores acima do limite crítico (+2,6 em 1998, +3,0 em 2002, +3,2 em 2010). Outro dado importante sobre os fisiológicos é a ausência de políticos profissionais, apresentando resíduos padronizados muito abaixo do esperado, que vão de -3,4 em 1998 a -6,8 em 2006 e -2,0 em 2014, negativo em todas as eleições. Contudo, os políticos profissionais estão sempre ocupando os ‘outros partidos’, partidos que vão desde o PSDB, PMDB e demais agremiações que vão do centro à esquerda. Nesses partidos há dois grupos sistematicamente ausentes: empresários (chegando a resíduo de -7 em 2014) e novas lideranças políticas. Em contrapartida, as ocupações de camadas médias estão sempre sobrerrepresentadas em todas as eleições.

Para resumir: a velha direita prossegue sendo representada majoritariamente pelos políticos profissionais e vem disputando espaço com a nova direita e os partidos fisiológicos no lançamento de empresários à Câmara dos Deputados. A nova direita é composta sobretudo por empresários e novas lideranças, os fisiológicos distribuem suas candidaturas em empresários, novas lideranças e trabalhadores. E os outros partidos são compostos, em sua maioria, por políticos profissionais e por profissionais liberais. Isso remete três conclusões parciais. A primeira é que uma das razões da queda da velha direita foi sua baixa capacidade de articular seus fins para competir eleitoralmente e dificuldade em absorver as novas lideranças políticas. A segunda conclusão é que a nova direita tem sua força eleitoral calcada no espaço dado para empresários e para novas lideranças e os fisiológicos para esses mesmos grupos, com acréscimo dos trabalhadores, que parecem ter espaço apenas nessas agremiações e nos “outros partidos”. O fato de ter novas lideranças, empresários e trabalhadores nos fisiológicos, e os dois primeiros na nova direita, pode ser interpretado pelo tamanho dos partidos, como dissemos, em sua maioria micro ou pequenas legendas, que servem apenas de esteio para absorver o capital eleitoral pessoal de seus candidatos. E finalmente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores e novas lideranças não encontram mais guarida nos partidos tradicionais ocupados por políticos profissionais e camadas médias, correm para os fisiológicos, onde a competição é baixa e a chance de conquistarem uma vaga nas listas eleitorais alta. O último gráfico desse exercício coloca lado a lado a velha,

a nova direita partidária brasileira e os partidos fisiológicos, compara seus perfis sociais ano a ano.

Talvez a informação mais relevante aqui seja a ausência de políticos profissionais nos partidos fisiológicos e na nova direita. A segunda e quarta coluna mostram como os resíduos padronizados ajustados são sempre negativos e de 1998 a 2010, graduais (em 2014 um notável -5,0 para a nova direita, em 2006, -6,8 e em 2010, -6,3, para os fisiológicos). Eles estão, sobretudo, concentrados na velha direita e nos outros partidos.

Novas lideranças é a categoria de ocupações que a partir de 2002 entrou na política através da velha direita (único resíduo positivo para essa categoria em 1998, de +2,8, +2,4 em 2002 e o último positivo para esse grupo de partidos, +2,0 em 2006). Contudo, esse grupo de profissões com alta afinidade com os negócios políticos desde 2002 vem concorrendo também pelos partidos fisiológicos, mantendo-se nesses partidos e na nova direita, a partir de 2010. Ou seja, a não exclusividade da presença deste grupo apenas na nova direita é evidência de sua força eleitoral e de como esse novo perfil de político tem arejado a cena política estabelecida. Contudo, a força eleitoral da velha direita permanece ancorada nos políticos de carreira, o enquanto a nova e os fisiológicos estão preocupados com a atração de uma nova face para compor seus quadros.

### **Conclusões**

Uma classificação de partidos que tente apenas descrever as colorações ideológicas principais e discriminar entre esquerda e direita parece não oferecer o melhor caminho para entender o surgimento da nova forma de manifestação das direitas no Brasil. É evidente que existe uma dificuldade considerável em ordenar e separar esses partidos de forma programática e que atalhos ideológicos servem pouco para compreender a relação entre as bases sociais, as cúpulas e o comportamento eleitoral das legendas. No entanto, a forma com que classificamos os partidos teve um bom rendimento empírico e mostrou que há congruência entre os partidos da velha direita, da nova direita e fisiológicos e suas respectivas bases. Assim, é preciso, para o estudo da direita no Brasil e na América Latina, um esforço para diferenciar os vários matizes das colorações ideológicas desse campo conservador tão grande quanto heterogêneo.

A categoria “novas lideranças políticas” mostrou-se especialmente útil para estabelecer a relação entre os tipos de partidos brasileiros, conforme nossa classificação, e suas bases políticas, estudadas através da demografia dos candidatos a deputado federal. Apesar de não ser exclusiva dos fisiológicos e da nova direita, é majoritariamente através

dessas legendas que *líderes religiosos* e *comunicadores* encontram espaço para se lançarem (ou para permanecerem) na política parlamentar. Por outro lado, é exatamente nesta categoria de partidos que a maior parte dos trabalhadores competem. Esse movimento pode ser explicado, em parte, pela manutenção dos políticos profissionais na velha direita e na grande classe dos “outros partidos”. Além disso, como esses outros partidos recrutam seus quadros majoritariamente entre as profissões liberais típicas de camadas médias, isso diminui o espaço nas listas de candidatos e as oportunidades para trabalhadores tentarem a sorte política nessas siglas. Por fim, “empresariado” é uma categoria ocupacional presente em ambas as faces da direita: velha, nova e fisiológicos nas cinco eleições estudadas. Empresários (rurais ou urbanos) ocupam os três grupos da direita, ou melhor, se candidatam ou recandidatam à deputado pelo grande campo da direita partidária no Brasil.

Isso posto, seria preciso agora avançar em duas frentes de pesquisa, uma empírica, outra metodológica, para compreender melhor o surgimento, as características ideológicas, o sucesso político e as perspectivas eleitorais dos partidos fisiológicos e da nova direita partidária, menos dependente das grandes agremiações tradicionais, e menos ligada historicamente às ditaduras militares da América Latina.

Não é possível supor que a simples oposição ou a adesão aos governos de esquerda, ou mesmo a atuação parlamentar de um ou outro congressista, seja capaz de explicar as tomadas de posição de determinado partido. É necessário um esforço maior dos estudiosos para dar a devida importância à força social e ao novo papel que desempenham no sistema partidário nacional os micropartidos, em especial os fisiológicos, essa terra incógnita em nosso sistema partidário. A segunda frente de pesquisa a aprofundar se refere à forma como abordamos as ocupações de origem dos políticos nos estudos de Sociologia Política. Classificações, agregações e abordagens devem responder a perguntas específicas de pesquisa específicas e não a uma catalogação fixa e consagrada pelos estudos sobre recrutamento. Trabalhar de forma indutiva, calcado em hipóteses a serem testadas empiricamente, oferece possivelmente um rendimento superior para responder perguntas que a Ciência Política se acostumou a negligenciar em nome do consenso metodológico.

### Referências

- Altman, D., Luna, J. P., Piñeiro, R., & Toro, S. (2009). Partidos y sistemas de partidos en América Latina: Aproximaciones desde la encuesta a expertos 2009. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, 29(3), 775–798. <http://doi.org/10.4067/S0718-090X2009000300005>
- Babireski, F. R. (2016). Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus

- posicionamentos políticos. *Newsletter - Observatório de Elites Políticas E Sociais Do Brasil*, 3(6).
- CARREIRÃO, Y. de S. (n.d.). Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, 12(1), 136–163.
- CODATO, A., BOLOGNESI, B., ROEDER, K. (2015). *Direita, volver!* (G. CRUZ, S. V. e, KAYSEL, A., CODAS, Ed.) (1a ed.). São Paulo: Perseu Abramo.
- Coppedge, M. (1997). *A Classification of Latin American Political Parties* (Vol. 244). EUA: The Helen Kellogg Institute for International Studies.
- Dias, M. R., Menezes, D. B., & Ferreira, G. da C. (2012). “A quem serve o Graal?” Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). *Civitas*, 12(2), 209–235.
- Ennsner, L. (2010). The Homogeneity of West European Party Families: the Radical Right in Comparative Perspective. *Party Politics*, 18(2), 151–171. <http://doi.org/10.1177/1354068810382936>
- Federal, S. (2014). *Doutrinárias, Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes*. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas.
- FRANZMANN, S. (2006). Locating Political Parties in Policy Space: A Reanalysis of Party Manifesto Data. *Party Politics*, 12(2), 163–188.
- Gunther, R., & Diamond, L. (2003). Species of Political Parties: a New Typology. *Party Politics*, 9(2), 167–199. <http://doi.org/10.1177/13540688030092003>
- HIBBS, JR, D. A. (1977). Political Parties and Macroeconomic Policy. *The American Political Science Review*, 71(4), 1467–1487.
- Jahn, D. (2011). Conceptualizing Left and Right in Comparative Politics: Towards a Deductive Approach. *Party Politics*, 17(6), 745–765. <http://doi.org/10.1177/1354068810380091>
- Levitsky, S., & Roberts, K. (2011). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins.
- Mair, P., & Mudde, C. (1998). The Party Family and its Study. *Annual Review of Political Science*, 1(1), 211–229.
- PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- POWER, T. J., ZUCCO Jr., C. eds. (2011). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ribeiro, P. F. (2012, November). *Comportamento legislativo e política externa na América Latina*.

Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Tarouco, G. da S. (2011). Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases. *Brazilian Political Science Review*, 5(1), 54–76.
- Tarouco, G. da S., & Madeira, R. M. (2013). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Debates*, 7(2), 93–114.
- Weyland, K., Madrid, R., & Hunter, W. (2010). *Leftists Governments in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zucco Jr., C. (2011). Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In T. J. Power & C. Zucco Jr. (Eds.), *O Congresso por ele mesmo: auto percepções da classe política brasileira* (pp. 37–60). Belo Horizonte: Editora UFMG.